Direitos Humanos

Juiz de Haia quer punição de tortura

Professor da UnB, Cançado Trindade diz que crime contra a vida deve ser imprescritível

DA UNB AGÊNCIA

Isabela Lyrio/UnB Agência

JOSÉ GERALDO COM TRINDADE – garantia de defesa dos direitos humanos e críticas às novas regras sobre migração não documentada

Prestes a se mudar para a Holanda, onde a partir de fevereiro assumirá assento na Corte Internacional de Justiça, a chamada Corte de Haia, o ex-presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos e professor de Direito Internacional da UnB, Antônio Augusto Cançado Trindade, de 61 anos, defendeu a criação de uma espécide de tribunal da verdade para o julgamento dos crimes ocorridos no governo militar.

– Já expus minha opinião sobre isso: não há anistia para tortura.; a auto-anistia não pode abarcar um crime contra a humanidade – afirmou Cançado Trindade.

Ele se referia recente debate travado entre os Ministério da Justiça, de um lado, e a Advocacia Geral da União e o Ministério da Defesa, de outro em relação a aplicação da Lei da Anistia. Enquanto a Justiça cobrava a reabertura de processos contra torturadores identificados no regime militar, os demais órgãos invocavam a Lei de Anistia para alegar que a questão está ultrapassada.

– Não entendo esse imbróglio; para mim, a questão é cristalina – complementou Trindade.

Conselho de Segurança

Em visita de cortesia ao reitor da UnB, José Geraldo de Souza, nesta sexta, 19, o jurista avaliou as chances do Brasil conquistar uma cadeira no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas.

– Temos toda a chance de ocuparmos a vaga latino-americana, atualmente ocupada pelo Panamá – afirmou Cançado Trindade.

Eleito com um número expressivo de votos – recolheu 163 dos 192 votos recolhidos dos países-membros da Assembléia Geral da ONU, o jurista brasileiro também recebeu 14 dos 15 votos do Conselho de Segurança da ONU, dos quais apenas os Estados Unidos se abstiveram.

Para José Geraldo, especialista em Direitos Humanos, a presença de Cançado Trindade na corte internacional fortalece a candidatura brasileira, além de ser um orgulho para a universidade.

– Ela marca a densidade do pensamento jurídico brasileiro na Assembléia das Nações Unidas – afirmou.

Direitos Humanos

Durante o encontro que manteve com o reitor da UnB, o jurista reiterou que pretende continuar defendendo os direitos humanos em Haia e criticou as novas regras impostas por países do hemisfério norte criminalizando a migração não documentada.

– Os mesmos países que se beneficiaram das fronteiras abertas estão, agora, violando princípios dos direitos humanos – disse.

O jurista também defendeu maior diálogo da Justiça com outras áreas do conhecimento.

– Nunca me contentei apenas com documentos – disse o juiz, ao defender a participação de peritos, psicólogos, sociólogos, antropólogos e das próprias vítimas nos julgamentos. – São informações fundamentais para avaliarmos o dano moral de pessoas em casos como os massacres ocorridos recentemente em alguns países latino-americanos –argumentou o jurista.

> “Os mesmos países que se beneficiaram das fronteiras abertas estão, agora, violando princípios dos direitos humanos
>
> Antônio Augusto Cançado Trindade
> juiz da Corte Internacional de Justiça

Presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos por duas vezes, Cançado Trindade revelou que sua gestão sempre foi voltada para o fortalecimento da participação de acusados e vitimados no tribunal.

Reforma do regimento

Nesse sentido, o juiz reformou o regulamento da Corte em 2000, permitindo o acesso direto dos indivíduos à corte e a participação dos envolvidos em todas as etapas do procedimento até o julgamento.

– Até esse momento, as pessoas tinham de se apresentar através de um órgão distinto, a Comissão Interamericana, que mantém sua sede em Washington, cabendo-lhe então fazer uma triagem das denúncias, dos argumentos e das provas até que o processo fosse além – explica Cançado Trindade.

Satisfação nos tribunais

Devotado aos direitos humanos, o jurista revelou o sentimento de satisfação e enriquecimento encontrado por ele nos tribunais internacionais.

– A defesa dos direitos humanos me permitiu entender que nossos protegidos são nossos protetores, pois eles nos ajudam a dar sentido à própria existência – concluiu.

Antônio Augusto Cançado Trindade foi eleito juiz da Corte Internacional de Justiça no dia 6 de novembro de 2008. Ph.D. (Cambridge) em Direito Internacional; juiz e ex-presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos, fez sua carreira como professor titular tanto da Universidade de Brasília quanto do Instituto Rio Branco.

No Itamarati

Ex-consultor jurídico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, ocupou vários postos internacionais. Foi, por exemplo, membro titular do Institut de Droit International e do Curatorium da Academia de Direito Internacional da Haia e membro das Academias Mineira e Brasileira de Letras Jurídicas. Tomará posse no dia 6 de fevereiro em Haia, na Holanda, mas o primeiro julgamento do ano está marcado para um mês depois.

>> Como funciona a Corte Internacional de Justiça, o principal tribunal do mundo

✔ O Tribunal Internacional de Justiça ou Corte Internacional de Justiça é o principal órgão judiciário da Organização das Nações Unidas. Tem sede em Haia, nos Países Baixos. Por isso, também costuma ser denominada como Corte da Haia ou Tribunal da Haia. Sua sede é o Palácio da Paz.

✔ Esse Tribunal é diferente da Corte penal internacional, freqüentemente confundida com o Tribunal Internacional de Justiça.

✔ Fundado em 1945, sua principal função é de deliberar sobre disputas a ele submetidas por Estados e dar conselhos sobre assuntos legais a ele submetidos pela Assembléia Geral das Nações Unidas ou pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, ou por agências especializadas autorizadas pela Assembléia da ONU, de acordo com a Carta das Nações Unidas. O estatuto do Tribunal Internacional de Justiça é o principal documento constitucional constituindo e regulando o Tribunal.

✔ Quatro juízes brasileiros, antes de Antônio Augusto Cançado Trindade, compuseram a corte: o professor Filadelfo de Azevedo, o jurista e ex-ministro Levi Carneiro, o embaixador José Sette Câmara, que também foi governador do antigo Distrito Federal quando ainda no Rio de Janeiro e, mais recentemente, o também jurista José Francisco Rezek, que foi ministro do Supremo Tribunal Federal e presidente do Tribunal Superior eleitoral. Rezek reside hoje em Brasília, após dois mandatos em Haia.

✔ Os 15 juízes da Corte Internacional de Justiça se reuniram, oficialmente, pela primeira vez em 18 de abril de 1946. Mas, de fato, a instituição já existia desde 1922, quando foi criada a Corte Permanente de Justiça Internacional, que antecedeu a Corte Internacional de Justiça. Estes dois tribunais funcionavam no Palácio da Paz, na cidade holandesa de Haia, prédio construído em 1913 com o capital do magnata norte-americano do aço Andrew Carnegie. A primeira Corte Permanente de Justiça funcionou até o início da Segunda Guerra Mundial, em 1939, vinculando-se à antiga Liga das Nações, que não sobreviveu aos desafios ocorridos nos confrontos que conduziriam à grande guerra.

✔ A então recém criada ONU, a Organização das Nações Unidas, criou a nova Corte Internacional de Justiça em 1946 a partir dos estatutos da antiga Corte Permanente, mas com nova força.

✔ A Corte Internacional de Justiça pode ditar sentenças em litígios entre dois países, assim como dar sentenças sobre questionamentos dos diferentes organismos das Nações Unidas. Estas sentenças não são imperativas, mas podem ter conseqüências políticas, já que influenciam a opinião pública.

✔ Um exemplo: em dezembro de 2003, a Assembléia Geral da ONU solicitou a assessoria desta Corte sobre possíveis conseqüências jurídicas no caso da construção de um muro de separação entre Israel e a Palestina. Contradizendo os interesses de Israel e dos Estados Unidos, a Corte Internacional de Justiça declarou que o muro de separação é ilegal e que os assentamentos israelenses nas regiões palestinas violam o direito internacional. Manteve assim a tradição de independência que marcou a instituição desde sua criação.

✔ Ainda que grande parte dos julgamentos na instituição tenha relação com conflitos territoriais, a Corte Internacional de Justiça também trata de questões relativas a direito econômico, rejeição à violência, relações diplomáticas e direitos dos refugiados, entre outras atribuições.